

Cláusula 9.ª

Formação de treinadores

O não cumprimento pelo 2.º Outorgante do regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto estabelecido pelo Lei n.º 40/2012, de 28 de agosto, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º Outorgante.

Cláusula 10.ª

Tutela inspetiva do Estado

1 — Compete ao 1.º Outorgante, fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 — As ações inspetivas designadas no número anterior podem ser tomadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pelo 2.º Outorgante nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, designadamente através da realização de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

Cláusula 11.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, por livre acordo das partes ou por alteração da regulamentação que o enquadra.

Cláusula 12.ª

Vigência do contrato

Salvaguardando o disposto na cláusula 2.ª e sem prejuízo da satisfação das obrigações contratuais estabelecidas na cláusula 5.ª supra, o presente contrato termina em 31 de dezembro de 2018 e, por motivos de interesse público para o Estado, o apoio abrange a totalidade do programa desportivo anexo ao presente contrato-programa e do qual faz parte integrante.

Cláusula 13.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 27 de fevereiro de 2018, em dois exemplares de igual valor.

27 de fevereiro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Basquetebol, *Manuel Francisco Fernandes*.

311170104

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E ECONOMIA

Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

Declaração de Retificação n.º 192/2018

Por ter saído com inexatidão a Deliberação (extrato) n.º 239/2018, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2018, procede-se à respetiva retificação:

Onde se lê:

«Nota Curricular

Telma Sofia Monteiro Serra, nascida a 13 de outubro de 1979. Licenciada em Gestão Financeira, pela Universidade do Algarve Técnica de Oficial de contas, n.º 62454.

Desempenha funções no Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento, no Núcleo de Gestão Administrativa e Financeira, desde 1 de maio de 2013. Foi Professora do Grupo 430 'Economia e Contabilidade'.

Ingressou no Município de Faro em 2001, onde trabalhou sempre nas áreas Administrativa e financeira, assumindo a responsabilidade designadamente, dos processos de contratação Pública e de aquisição de bens e serviços, aprovisionamento, contratos e gestão de Recursos humanos. Em outubro de 2010, ingressou no Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE, em regime de mobilidade na área Administrativa e Financeira para o desempenho das mesmas funções.»

deve ler-se:

«Nota Curricular

Telma Sofia Monteiro Serra, nascida a 13 de outubro de 1979, licenciada em Gestão Financeira pela Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, da Universidade do Algarve, em 2001. É Técnica Oficial de Contas, inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados.

Desde 2013 que desempenha funções de Técnica Superior no Núcleo de Gestão Administrativa e Financeira do Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento do IEFPP, IP.

Entre 2010 e 2013, na categoria de Técnica Superior, e em regime de mobilidade, desempenhou funções de coordenação da equipa de Compras do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE.

Entre 2001 e 2010, desempenhou funções de Técnica Superior na Divisão de Património e Aprovisionamento na Câmara Municipal de Faro, tendo sido responsável pela elaboração de diversos procedimentos de aquisição de bens e serviços; Controlo de contratos; Apoio na gestão da carteira de seguros do Município.

Em 2000 e 2001 estagiou na Direção Regional do Algarve dos CTT — Correios de Portugal, S. A., na área de Planeamento e Recursos Humanos.»

2018-02-28. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Ana Paula Gonçalves Antunes*.

311166785

SAÚDE

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Deliberação n.º 305/2018

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 35/2012, de 15 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 173/2014, de 19 de novembro, e 206/2015, de 23 de setembro, e nos artigos 44.º, 46.º e 47.º do Código de Procedimento Administrativo, o Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), atenta a organização interna prevista na Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio, e nas Deliberações n.º 800/2012, de 25 de maio de 2012 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 15 de junho de 2012), n.º 20/2014, de 5 de dezembro de 2013 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014), n.º 2064/2014, de 16 de outubro de 2014 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro de 2014) n.º 79/2015, de 18 de dezembro de 2014 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2015), n.º 1484/2015, de 11 de junho de 2015 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 27 de julho de 2015), n.º 797/2016, de 14 de abril de 2016 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 9 de maio de 2016), e n.º 152/2017, de 2 de fevereiro de 2017 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 44, de 2 de março de 2017), bem como a subdelegação de competências conferida pelo Despacho n.º 1458/2018 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 9 de março de 2018), delibera proceder à delegação ou subdelegação de competências, nos seguintes termos:

1 — No Presidente do Conselho Diretivo, José Carlos Ferreira Caiado, são delegadas ou subdelegadas, com a faculdade de subdelegar, as competências:

a) Conferidas por lei, pelos Estatutos da ACSS, I. P., aprovados pela Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio, e pelos respetivos instrumentos de criação, bem como as competências subdelegadas no Conselho Diretivo da ACSS, I. P., relativamente à esfera de intervenção dos seguintes departamentos, unidades, áreas de projeto, comissões e conselhos consultivos:

i) Departamento de Gestão e Administração Geral;

ii) Departamento de Gestão da Rede de Serviços e de Recursos em Saúde, na vertente de Unidade de Instalações e Equipamentos de Saúde (alíneas p) a z) e bb) a ee) do artigo 5.º, da Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio);

iii) Gabinete de Auditoria Interna;

iv) Unidade de Acompanhamento dos Hospitais;

- v) Assessoria Executiva e de Comunicação;
- vi) Equipa de Fundos Estruturais e Quadro Comunitário 2014-2020;
- vii) Equipa do Projeto *EEA Grants*;
- viii) Equipa de Acompanhamento do contrato-programa com a SPMS, E. P. E.;
- ix) Comissão de Acompanhamento dos Hospitais com Acordos de Cooperação com o SNS;
- x) Colégio de Governação dos Subsistemas Públicos de Saúde;

b) Para, no âmbito da gestão interna de recursos humanos:

- i) Praticar os atos que incumbem à ACSS, I. P., relativamente aos procedimentos concursais para o preenchimento de postos de trabalho pertencentes ao seu mapa de pessoal;
- ii) Outorgar contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou a termo resolutivo;
- iii) Nomear os júris e praticar todos os atos necessários no decurso do período experimental dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- iv) Autorizar as situações de mobilidade e praticar todos os atos subsequentes;
- v) Outorgar acordos de cedência de interesse público e contratos emprego-inserção;
- vi) Autorizar a realização de estágios profissionais e curriculares e praticar todos os atos respeitantes aos mesmos, incluído a outorga dos respetivos contratos;
- vii) Aprovar os horários de trabalho, nos termos da legislação em vigor, desde que não acarretem aumento de encargos;
- viii) Autorizar o trabalho por turnos, o exercício de funções a tempo parcial e meia jornada, o teletrabalho e conceder o estatuto de trabalhador-estudante;
- ix) Autorizar a dispensa para amamentação e aleitação e a licença especial para assistência a filhos menores;
- x) Conceder licenças sem remuneração;
- xi) Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no País ou no estrangeiro, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de agosto;
- xii) Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação em regime de autoformação ou outras iniciativas semelhantes, que decorram fora do território nacional;
- xiii) Mandar verificar o estado de doença comprovada por atestado médico e promover a realização de juntas médicas;
- xiv) Autorizar o pagamento de prestações familiares e de subsídio por morte;
- xv) Autorizar o gozo e acumulação de férias dos titulares de cargos de direção superior;
- xvi) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos do artigo 120.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- xvii) Autorizar a acumulação de atividades ou funções, públicas ou privadas, nos termos da lei;

c) Para, no âmbito da aquisição de bens ou serviços pela ACSS, I. P.:

- i) Autorizar a liberação de caucões;
- ii) Autorizar o processamento de despesas cujas faturas, por motivo justificado, deem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar.

2 — Na Vice-Presidente do Conselho Diretivo, Carla Alexandra de Menezes Moutinho Henriques Gonçalo Catarino, são delegadas ou subdelegadas, com a faculdade de subdelegar, as competências:

a) Conferidas por lei, pelos Estatutos da ACSS, I. P., aprovados pela Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio, e pelos respetivos instrumentos de criação, bem como as competências subdelegadas no Conselho Diretivo da ACSS, I. P., relativamente à esfera de intervenção dos seguintes departamentos, unidades e comissões:

- i) Departamento de Gestão Financeira, Unidade de Contabilidade, Unidade de Orçamento e Controlo e Unidade de Gestão do Risco;
- ii) Departamento de Gestão da Rede de Serviços e de Recursos em Saúde, na vertente de avaliação de investimentos (alíneas *k*, *l* e *aa*) do artigo 5.º da Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio;
- iii) Unidade de Gestão da Conta do Medicamento e Dispositivos Médicos;
- iv) Comissão de Acompanhamento da Receita Sem Papel;
- v) Comissão de Acompanhamento no Âmbito do Processo de Faturação;

b) Para autorizar a realização de despesa com a atribuição dos subsídios previstos no orçamento do Serviço Nacional de Saúde, desde que enquadrados em programas verticais previamente aprovados.

c) Para autorizar as alterações orçamentais da ACSS, I. P. cuja competência seja do Dirigente do Serviço.

3 — No Vogal do Conselho Diretivo, Pedro Emanuel Ventura Alexandre, são delegadas ou subdelegadas, com a faculdade de subdelegar, as competências:

a) Conferidas por lei e pelos Estatutos da ACSS, I. P., aprovados pela Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio, e pelos respetivos instrumentos de criação, bem como as competências subdelegadas no Conselho Diretivo da ACSS, I. P., relativamente à esfera de intervenção dos seguintes departamentos, unidades, comissões, conselhos consultivos e áreas de atividade:

- i) Departamento de Planeamento e Gestão e de Recursos Humanos;
- ii) Unidade de Regime Jurídico de Emprego e das Relações Coletivas de Trabalho;
- iii) Departamento de Gestão da Rede de Serviços e de Recursos em Saúde, na vertente da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (alínea *o*) do artigo 5.º da Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio;
- iv) Unidade de Planeamento e Monitorização de Recursos Humanos da Saúde;
- v) Gabinete Jurídico;
- vi) *Joint Action on Health Work Force* da União Europeia;
- vii) Conselho Nacional do Internato Médico;
- viii) Conselho Consultivo do Inventário dos Profissionais de Saúde;
- ix) Grupo de Trabalho de Avaliação Curricular dos Profissionais das Terapêuticas não Convencionais;
- x) Comissão Nacional de Cuidados Paliativos;
- xi) Processos negociais de carreiras no SNS;

b) Para praticar os atos que incumbem à ACSS, I. P., nos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de profissionais de saúde para postos de trabalho, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde;

c) Para praticar os atos que incumbem à ACSS, I. P., relativamente ao reconhecimento de qualificações no âmbito do Despacho Normativo n.º 33/2002, publicado em 2 de maio de 2002, e do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil, incluindo a decisão sobre os pedidos formulados;

d) Para autorizar o fornecimento de informação às autoridades judiciais e policiais e agentes de execução, assinando a respetiva correspondência.

4 — No Vogal do Conselho Diretivo, Ricardo Jorge Almeida Perdigão Seleiro Mestre, são delegadas ou subdelegadas, com a faculdade de subdelegar, as competências:

a) Conferidas por lei, pelos Estatutos da ACSS, I. P., aprovados pela Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio, e pelos respetivos instrumentos de criação, relativamente à esfera de intervenção dos seguintes departamentos, unidades áreas funcionais e projetos transversais e comissões:

- i) Departamento de Gestão e Financiamento de Prestações de Saúde;
- ii) Departamento de Gestão da Rede de Serviços e de Recursos em Saúde, nas vertentes de planeamento da oferta e de desenvolvimento de informação para a gestão (alíneas *a*, *b*, *c*, *d*, *e*, *f*, *g*, *h*, *i*, *j*, *m*, *n*) e *q*) do artigo 5.º da Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio;
- iii) Unidade de Gestão do Centro de Conferência de Faturas;
- iv) Unidade de Gestão do Acesso;
- v) Comissão Nacional para os Centros de Referência;

b) Para autorizar o fornecimento aos órgãos de polícia criminal informação obtida junto do Centro de Controlo e Monitorização e da Unidade de Exploração de Informação e assinar a respetiva correspondência;

c) Para autorizar o fornecimento de dados anonimizados provenientes da Base de Dados Nacional de Grupos de Diagnósticos Homogêneos (BD GDH), de acordo com a respetiva autorização e notificação de tratamento de dados pessoais.

5 — Em cada um dos seus membros, de acordo com as áreas de gestão identificadas nos n.ºs 1 a 4, são delegadas ou subdelegadas as seguintes competências em relação aos trabalhadores e pessoal dirigente intermédio:

a) Praticar os atos da competência dos titulares dos cargos de direção intermédia relativamente a dirigentes e a pessoal que se encontrem na sua dependência;

b) Autorizar, nos termos legais, deslocações em serviço no território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, nos termos da lei;

- c) Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional quando importem custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;
- d) Justificar ou injustificar faltas;
- e) Autorizar o gozo e a acumulação de férias.

6 — O Conselho Diretivo delibera delegar, em matéria de gestão orçamental, em cada um dos seus membros, com a faculdade de subdelegar, as competências para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao montante previsto na alínea a) do n.º 1, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, no valor de (euro) 99.759,58, incluindo todos os atos que dependem do órgão competente para a decisão de contratar.

7 — O Conselho Diretivo delibera delegar em cada um dos seus membros a assinatura de toda a correspondência destinada à comunicação aos interessados dos despachos emitidos no âmbito dos respetivos pelouros, excluindo a dirigida aos gabinetes dos membros do Governo.

8 — Em matéria de suplência dos membros do conselho diretivo, para os efeitos previstos no artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, observar-se-á o seguinte:

a) O Presidente do Conselho Diretivo, José Carlos Ferreira Caiado, é substituído nas suas faltas, ausências e impedimentos, pela Vice-Presidente, Carla Alexandra de Menezes Moutinho Henriques Gonçalves Catarino, na ausência desta, pelo Vogal Pedro Emanuel Ventura Alexandre e, na ausência deste, pelo Vogal Ricardo Jorge Almeida Perdigão Sealeiro Mestre;

b) A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, Carla Alexandra de Menezes Moutinho Henriques Gonçalves Catarino, é substituída nas suas faltas, ausências e impedimentos, pelo Presidente, José Carlos Ferreira Caiado, na ausência deste, pelo Vogal Pedro Emanuel Ventura Alexandre e, na ausência deste, pelo Vogal Ricardo Jorge Almeida Perdigão Sealeiro Mestre;

c) O Vogal do Conselho Diretivo, Pedro Emanuel Ventura Alexandre, é substituído nas suas faltas, ausências e impedimentos, pelo Presidente, José Carlos Ferreira Caiado, na ausência deste, pela Vice-Presidente, Carla Alexandra de Menezes Moutinho Henriques Gonçalves Catarino e, na ausência desta, pelo Vogal Ricardo Jorge Almeida Perdigão Sealeiro Mestre;

d) O Vogal do Conselho Diretivo, Ricardo Jorge Almeida Perdigão Sealeiro Mestre, é substituído nas suas faltas, ausências e impedimentos, pelo Presidente, José Carlos Ferreira Caiado, na ausência deste, pela Vice-Presidente, Carla Alexandra de Menezes Moutinho Henriques Gonçalves Catarino e, na ausência desta, pelo Vogal Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

9 — A presente delegação e subdelegação não prejudica os poderes de avocação e superintendência do Conselho Diretivo, do Presidente do Conselho Diretivo ou dos subdelegantes, no âmbito dos poderes delegados e subdelegados, bem como das suas competências próprias.

10 — A presente deliberação produz efeitos desde 1 de janeiro de 2018, considerando-se ratificados todos os atos praticados desde a mesma data ao abrigo das competências ora delegadas ou subdelegadas.

22 de fevereiro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Carlos Caiado*.

311163033

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Despacho (extrato) n.º 2567/2018

Por despacho de 15 e 20 de fevereiro de 2018 do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., Dr. Pimenta Marinho, e nos termos do previsto nos artigos 48.º a 50.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com a cláusula 20.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2009, de 13 de outubro e artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, a 4 de agosto, na atual redação, torna-se público que os Médicos abaixo identificados, concluíram com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este instituto público, para o desempenho de funções na categoria de assistente da carreira especial médica, área profissional de Medicina Geral e Familiar.

Nome do profissional	Avaliação final do período experimental
Gisela Catarina Pereira Ribeiro Pinto	18,157
Joel Alexandre Anastácio Baptista	17,00

23/02/2018. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

311160522

Despacho (extrato) n.º 2568/2018

Por despacho de 15 e 22 de fevereiro de 2018 do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., Dr. Ponciano Oliveira, e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 48.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que os enfermeiros abaixo identificados, concluíram com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este instituto público, para o desempenho de funções na categoria de enfermeiros, da carreira especial de enfermagem, designadamente:

Nome do profissional	Avaliação final do período experimental
Joana Catarina Morujão Canossa Dias	18,37
Andreia Costa Monteiro da Silva	18,87
Ana Cláudia Ferreira Abreu	14,67
Carla Alexandra Duarte Dias	17,93
Hélio Guilherme de Amorim Correia	17,17
Marta Alexandra de Medina Espinheira	18,97
João Alberto Parada Fernandes	18,57
Cláudia Maria Teixeira Pereira Marinho	17,53
Alexandra Mota de Miranda Maia	18,13
Sílvia Filipa Teixeira Magalhães	18,80
Fábio Xavier Rodrigues Pinheiro	18,40
Miguel Ângelo Pereira Castro	18,63
Ana Teresa Carvalho Lopes	17,94
Sandrine Lopes	18,47
Gisela de La Salette Florindo Fernandes Lopes	18,17
Ana Catarina da Costa Andrade	18,23
Tânia Isabel Braz Fernandes	19,54
Elisabete Maria Dias dos Santos	19,50
Ana Maria de Sousa Brites Ramos	18,57
Liliana Teresa Ferreira Nunes	17,97
Eulália Sofia Pereira Alves Fernandes	18,05
Alberto Manuel Espadana Pereira	17,00
Cátia Amália Gomes da Silva	15,60
Marta Isabel Duarte Ferreira	18,20
Sónia Maria de Sousa Moreira	17,60
Susana Elisabete Dinis Pimenta	18,77
Pedro Miguel Ferreira do Vale	17,87
Sofia Maria Miranda Rodrigues	18,67
Nuno Filipe Coelho Soares	18,40
Rui Paulo Carneiro Miranda	18,27
Carla Gertrudes Moreira de Andrade Pacheco de Freitas	18,40
Patrícia Alexandra Ferreira Gomes	17,30
Maria da Conceição dos Santos Fão	19,47
Telma Adelaide Teixeira Dias	17,03
Vera Cristiana Oliveira Araújo	18,71
David Maia Lopes	17,80
Sérgio Alberto Pires Garcia	19,03
Sara Cristina Fernandes Duarte	18,00
Vera Lúcia Pereira Cerqueira	17,47
Susana Isabel Ferreira Rodrigues	18,77
Carla Amorim Pinho	18,03
Cristina Fernanda Ferreira Neto	17,27

23 de fevereiro de 2018. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

311160425

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 2569/2018

Despacho: Ao abrigo do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e no uso dos poderes que me foram delegados através do Despacho n.º 1878/2018 publicado no n.º 37 da 2.ª série em 21 de fevereiro, considerando a necessidade de garantir